

Formação e desenvolvimento humano por meio da educação escolar: uma concepção antagônica ao neoliberalismo educacional

Human training and development through school education: a concept antagonic to educational neoliberalism

Formación y desarrollo humano a través de la educación escolar: un concepto antagónico al neoliberalismo educativo

DANIEL JUNIOR DE OLIVEIRA¹

RAQUEL A. MARRA DA MADEIRA FREITAS²

RESUMO

Historicamente, a educação configura-se como um campo de disputa na sociedade. No contexto atual, a ideologia neoliberal predomina como referência orientadora da concepção de educação e das finalidades educativas escolares, sobretudo no que se refere à educação pública. A compreensão aprofundada da ofensiva neoliberal sobre a educação escolar requer análise crítica contínua, de forma a evidenciar seus impactos e os riscos de desmonte da escola pública. Este artigo tem como propósito abordar essa questão, buscando compreender como a educação é concebida no neoliberalismo e apontando uma concepção antagônica, representada pela formação voltada ao desenvolvimento humano, por meio da apropriação cultural e científica e da valorização da diversidade sociocultural. A análise justifica-se diante da hegemonia de políticas alinhadas ao gerencialismo empresarial, que têm esvaziado os princípios formativos da escola pública. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter teórico e analítico, fundamentada pesquisa do tipo bibliográfica de autores como Bianchetti (1999), Frigotto (1999), Azevedo (1997), Laval (2020), Ball (2020), Freitas (2018; 2019), Miranda (2020), Frigotto e Ciavatta (2003), Libâneo (2013; 2018; 2019), Aguiar (2020), Lenoir (2016), Freitas, Libâneo e Silva (2018) e Springer (2016). Por fim, evidencia-se que a lógica neoliberal enfraquece a formação humana, cultural e científica, promovendo o esvaziamento da escola pública como espaço propício à aprendizagem dos alunos. Como proposta antagônica à concepção neoliberal, defende-se a teoria histórico-cultural, centrada no desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Finalidades educativas; Neoliberalismo; Formação humana; Escola pública; Desenvolvimento humano.

¹ Pós-doutor e Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE, do Centro Universitário Mais – UniMais, Inhumas, Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0379-9391>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1103793363175791>. E-mail: danieljunior@facmais.edu.br.

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3978-0238>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4340349253071492>. E-mail: raquelmarra@gmail.com.

ABSTRACT

Historically, education has been a field of dispute in society. In the current context, neoliberal ideology predominates as a guiding reference for the conception of education and the educational purposes of schools, especially with regard to public education. A thorough understanding of the neoliberal offensive on school education requires ongoing critical analysis in order to highlight its impacts and the risks of dismantling public schools. This article aims to address this issue, seeking to understand how education is conceived in neoliberalism and pointing out an antagonistic conception, represented by education focused on human development, through cultural and scientific appropriation and the valorization of sociocultural diversity. The analysis is justified in view of the hegemony of policies aligned with corporate managerialism, which have undermined the formative principles of public schools. To this end, a qualitative, theoretical and analytical approach is adopted, based on a bibliographic review of authors such as Bianchetti (1999), Frigotto (1999), Azevedo (1997), Laval (2020), Ball (2020), Freitas (2018; 2019), Miranda (2020), Frigotto and Ciavatta (2003), Libâneo (2013; 2018; 2019), Aguiar (2020), Lenoir (2016), Freitas, Libâneo and Silva (2018) and Springer (2016). Finally, it is evident that neoliberal logic weakens human, cultural and scientific formation, promoting the emptying of public schools as spaces conducive to student learning. As an antagonistic proposal to the neoliberal conception, the historical-cultural theory is defended, centered on human development.

Keywords: Educational purposes; Neoliberalism; Human formation; Public school; Human development.

RESUMEN

Históricamente, la educación ha sido un campo de disputa en la sociedad. En el contexto actual, la ideología neoliberal predomina como referente orientador de la concepción de la educación y de los fines educativos escolares, especialmente en lo que se refiere a la educación pública. Una comprensión más profunda de la ofensiva neoliberal sobre la educación escolar requiere un análisis crítico continuo, a fin de resaltar sus impactos y los riesgos del desmantelamiento de las escuelas públicas. Este artículo pretende abordar esta cuestión, buscando comprender cómo se concibe la educación en el neoliberalismo y señalando una concepción antagónica, representada por la formación centrada en el desarrollo humano, a través de la apropiación cultural y científica y la valorización de la diversidad sociocultural. El análisis se justifica ante la hegemonía de políticas alineadas al gerencialismo corporativo, que han socavado los principios formativos de la escuela pública. Para ello, se adopta un enfoque cualitativo, de carácter teórico y analítico, basado en una revisión bibliográfica de autores como Bianchetti (1999), Frigotto (1999), Azevedo (1997), Laval (2020), Ball (2020), Freitas (2018; 2019), Miranda (2020), Frigotto y Ciavatta (2003), Libâneo (2013; 2018; 2019), Aguiar (2020), Lenoir (2016), Freitas, Libâneo y Silva (2018) y Springer (2016). Finalmente, es evidente que la lógica neoliberal debilita la formación humana, cultural y científica, promoviendo el vaciamiento de las escuelas públicas como espacios propicios para el aprendizaje de los estudiantes. Como propuesta antagónica a la concepción neoliberal, se defiende la teoría histórico-cultural, centrada en el desarrollo humano.

Palabras clave: Fines educativos; Neoliberalismo; Formación humana; Escuela pública; Desarrollo humano.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tece considerações sobre a educação escolar sob a égide do neoliberalismo, o que requer a análise de suas influências nas políticas educacionais vigentes. O neoliberalismo atinge a sociedade de forma ampla, mas prejudica, sobretudo, as populações mais vulneráveis, que passam a sofrer, de maneira mais cruel, os seus impactos. É necessário compreender esse processo em curso no contexto atual, pois a promessa

neoliberal para a sociedade, e, em específico, para a educação escolar pública, não vislumbra um futuro com grandes possibilidades emancipatórias.

O projeto neoliberal em curso configura-se como um amplo projeto de sociedade, e não apenas como uma proposta econômica. Recentemente, esse projeto renovou seu vigor ao receber o apoio de diversos grupos interessados em realizar seus intentos, especialmente no campo educacional, tais como empresários que articulam reformas junto a representantes políticos, os quais, por sua vez, tampouco apresentam propostas efetivas em prol de uma educação democrática, voltada à transformação social e à superação das desigualdades. A união desses dois segmentos, empresários e políticos, fortalece uma concepção de educação de caráter pragmático-instrumental.

Para conduzir a discussão sobre essa problemática, foram consideradas as contribuições críticas de teóricos do campo da educação, tais como: Bianchetti (1999), Frigotto (1999), Azevedo (1997), Laval (2020), Ball (2020), Freitas (2018; 2019), Miranda (2020), Frigotto e Ciavatta (2003), Libâneo (2013; 2018; 2019), Aguiar (2020), Lenoir (2016), Freitas, Libâneo e Silva (2018), Springer (2016), Oliveira e Freitas (2022), entre outros.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, são abordadas algumas características históricas do discurso neoliberal e suas implicações para a sociedade brasileira, sobretudo no campo educacional. Na segunda, evidencia-se a concepção neoliberal de educação. Por fim, na terceira seção, apresenta-se uma perspectiva antagônica, que representa a possibilidade de resistência à concepção neoliberal de educação, discutindo-se, nesse sentido, o currículo de formação cultural e científica.

2. NEOLIBERALISMO: ASPECTOS POLÍTICOS E HISTÓRICOS

Discutir sobre o neoliberalismo na educação requer que a pesquisa apresente os aspectos que marcam os períodos que influenciaram e influenciam as políticas educacionais brasileiras. Desse modo, é fundamental a compreensão acerca das políticas educacionais que foram delineadas há décadas e o modo como se encontram configuradas nos dias atuais, através de legislações, resoluções, planos e projetos governamentais, as permanências e continuidades e o entrecruzamento com o neoliberalismo na contemporaneidade.

Para compreender o que é o neoliberalismo, suas reformas e as consequências para a educação, é necessário perpassar pelos fundamentos e possibilidades dentro do contexto

histórico, a fim de delinear as ideias que detêm controle hegemônico, ou seja, que possuem uma forma única de controle e de legitimação de seus princípios em uma sociedade.

O neoliberalismo, de acordo com Trevisol e Almeida (2019), não se resume a uma ideologia ou uma política econômica pois ele é, antes, uma racionalidade estruturadora de instituições, públicas e privadas, e da própria subjetividade humana. Assim, é possível compreender que o neoliberalismo é uma ideologia, uma política econômica e também uma racionalidade. A racionalidade neoliberal se estrutura por meio de uma perspectiva técnica pautada nos valores mercantis sobre a dinâmica de organização de uma sociedade.

Frigotto (1999) compreende que o neoliberalismo não é algo novo, pois surge no início da década de 1940 como reação às teses keynesianas, sobretudo aos direitos sociais e ao Estado de bem-estar. Tem como postulado o mercado como lei social soberana. Seus principais teóricos são Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper. Na década de 1970, com o colapso do socialismo real, emergem novos líderes representantes do neoliberalismo, como Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Com eles, o ideário neoliberal se expande mundo afora.

As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVI, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria foi sendo paulatinamente modificada e adaptada, à medida que o avanço do capitalismo delineava a estrutura de classes com maior nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e política (Azevedo, 1997, p. 9).

Springer (2016), ao dialogar com Brenner e Theodore (2002) e Peck (2001), analisa que, para conceituar o neoliberalismo, é necessária uma interpretação das forças existentes em uma sociedade, e que estão em atuação dentro da economia do país. Na sociedade brasileira atual, o neoliberalismo é uma destas forças.

Harvey descreve o neoliberalismo como meio de reorganização do capitalismo ao afirmar que “[...] o neoliberalismo constitui uma reorganização econômica, política e social em torno de um modo de acumulação e regulação do capital, com o objetivo de restaurar ou constituir o poder das elites econômicas” (Harvey, 2014 apud Moraes, 2023, p. 44).

A política neoliberal é predominante em todo o globo e possui entre suas máximas a defesa do Estado capitalista. Conforme destaca Springer (2016), trata-se de um arranjo político com ênfase no mercado.

Dentro da geografia humana, a palavra ‘neoliberalismo’ é um termo que geralmente se refere a um novo arranjo político, econômico e social, com ênfase nas relações

de mercado, na intervenção mínima do Estado e na responsabilidade individual (Springer, 2016, p. 15, tradução nossa).

No que se refere ao seu aspecto histórico, ao analisar o modelo neoliberal das políticas educacionais, Bianchetti (1999) apresenta características do modelo teórico do neoliberalismo a partir da obra de Friedrich Hayek e Milton Friedman. Esse modelo é entendido como social e, conforme Bianchetti (1999), futuramente, quem analisar o modelo neoliberal verificará que este faz parte do modelo de sociedade do mundo ocidental. “[...] o neoliberalismo é adequadamente entendido tanto como uma prática política, social e cultural, fundamentada na especificidade local, quanto como uma racionalidade econômica globalmente informada” (Springer, 2016, p. 23, tradução nossa).

Bianchetti (1999) destaca que o neoliberalismo é um movimento político-econômico heterogêneo, ou seja, em sua constituição apresenta diferenças estruturais. Conforme o autor, ele se destacou nos países capitalistas na década de 1970, com base nos princípios do liberalismo, ou, na retomada do liberalismo como alternativa para superar a crise.

Verifica-se, a partir da exposição do autor supracitado, que os idealizadores do neoliberalismo o definem como um movimento político-econômico, consolidado nos países desenvolvidos, ou seja, nos países capitalistas. A proposta econômica defendida é a do liberalismo, isto é, princípios do direito privado, por meio dos quais se defendem os direitos individuais e se propõe a limitação da atuação do Estado, com o propósito de manter o equilíbrio econômico. Dessa forma, para o neoliberalismo, o Estado não deveria intervir na economia.

O neoliberalismo se apresenta como uma variante do liberalismo que surgiu nos anos de 1930. De um lado, seus teóricos pretendiam responder à crise de uma modalidade anterior do liberalismo – a doutrina do *laissez-faire*, cuja característica era restringir o Estado às funções não econômicas – e, de outro responder ao desenvolvimento de formas estatais de intervenção voltadas ao controle do mercado (LavaL, 2020, p.43).

O neoliberalismo configura-se como uma variante do liberalismo que, por sua vez, defende a primazia do mercado no que se refere às ações econômicas e à valorização da liberdade individual. Nesse sentido, o Estado deve ter seu poder limitado para que o mercado possa se autorregular; o *laissez-faire* representa a crença de que o mercado é capaz de se regular sem a intervenção estatal.

Bianchetti (1999) reforça que essa é uma ideia fundamentada no pensamento clássico do liberalismo, cuja proposição central é a de que as relações de mercado passam a ser as

únicas formas de distribuição de bens capazes de manter o equilíbrio entre, de um lado, a demanda crescente e, de outro, a oferta limitada.

O pensamento neoliberal clássico defende que o Estado não deve intervir na economia e que esta possui, por si só, condições de se organizar. Para que haja prosperidade econômica e equilíbrio no sistema, a economia deve se autorregular, sem a intervenção direta do Estado. Na ausência dessa intervenção, as relações de regulação passam a ocorrer exclusivamente entre os agentes do mercado, o que acaba por privilegiar o setor privado, que age conforme seus próprios interesses, que são predominantemente econômicos. “Em outras palavras, no mercado se concretiza tanto a busca do maior benefício (produtores) como a conquista da máxima satisfação (consumidores)” (Bianchetti, 1999, p. 22).

Bianchetti (1999) esclarece que o neoliberalismo apresenta movimentos distintos, escolas e tendências. O autor destaca o movimento teórico presente nos projetos neoliberais, em especial os da América Latina, com ênfase na Escola de Viena, representada por Friedrich Hayek, e na Escola de Chicago, cujo principal representante é Milton Friedman, e que influenciam fortemente as orientações das políticas econômicas.

Já Springer (2016, p. 18, tradução nossa) destaca que o projeto de vanguarda neoliberal passa a ser representado pelo “[...] Thatcherismo no Reino Unido e o Reaganomics nos Estados Unidos”.

A essas escolas podem-se somar também outras como a chamada Escola Neoliberal dos Estados Unidos, cujos representantes mais conhecidos são Irvin Kristol, Daniel Bell, Michel Novak, James Wilson e Daniel Moynihan, como também outros movimentos intelectuais que se reivindicam liberais na medida em que sustentam essas ideias no campo da economia, mas que no aspecto político partilham critérios hierárquicos ou elitistas de organização social, coincidindo, nesse ponto, com o pensamento conservador (Bianchetti, 1999, p. 26).

Ambas as escolas defendem que o Estado deve ter participação mínima na economia, a qual deve ser regulada pelo próprio mercado. Essas vertentes também compartilham, em sua ideologia, a concepção de que o Estado, ao se tornar mínimo, não deve atuar em determinadas áreas tradicionalmente reconhecidas como sociais, como a educação e a saúde. Sob esse princípio, advogam em favor da liberdade de mercado, ou seja, da prevalência da concorrência em detrimento de políticas sociais voltadas àqueles que não dispõem de condições para competir no mercado livre. Como destaca (Springer, 2016, p. 25, tradução nossa), “o foco substantivo está na transferência de participações públicas para o setor privado de interesse corporativo”.

Azevedo (1997) esclarece que o livre mercado também é a referência básica para as políticas sociais. Programas e formas de proteção de segmentos da sociedade como os trabalhadores, os excluídos do mercado, os pobres, são mal vistos pelos neoliberais, sendo considerados como prejudiciais à livre iniciativa e à individualidade, além de não estimularem a competitividade.

Para Springer (2016) o neoliberalismo tem como objetivo principal a dessacralização de instituições anteriormente protegidas do mercado, como é o caso das instituições de saúde e educação. As políticas sociais, como as de proteção estabelecidas por meio de legislações, são compreendidas pelos neoliberais como obstáculos ao livre desenvolvimento do mercado. Isso porque, segundo essa concepção, o crescimento do mercado depende da competição entre os indivíduos na busca por bens e serviços.

Na lógica neoliberal, os sujeitos excluídos do mercado e acolhidos por políticas sociais representam entraves ao desenvolvimento econômico pois, ao não engajarem na dinâmica competitiva do mercado, esses indivíduos dificultam a concorrência e comprometem a valorização da individualidade. (Azevedo, 1997).

Os seguros de acidente, de desemprego, as pensões e as aposentadorias são considerados formas de constranger e de alterar o equilíbrio do mercado de trabalho. Isto porque se julga que induzem os beneficiários à acomodação e à dependência dos subsídios estatais, contribuindo para a desagregação das famílias e do pátrio poder. Enfim, considera-se que os recursos públicos estimulam a indolência e a permissividade social (Azevedo, 1997, p. 13).

A visão conservadora neoliberal mantém o mesmo discurso quando se trata de políticas sociais, opondo-se aos direitos constitucionais garantidos e formulando narrativas adaptadas a cada contexto. Como exemplo, Azevedo (1997) menciona os seguros: acidente, desemprego, pensões, aposentadorias, que, segundo os neoliberais, alteram o equilíbrio do mercado sob o argumento de que seus beneficiários se tornam acomodados e dependentes da ajuda estatal. No entanto, tais benefícios não constituem uma ajuda, mas sim um direito assegurado constitucionalmente, ao qual os neoliberais se opõem.

A economia neoliberal foi empacotada, comercializada e vendida para o Sul Global como uma série de panaceias que, uma vez implementadas através da liberação das forças de mercado, supostamente levariam a um futuro próspero, onde todos os povos do mundo viveriam em um mundo unificado, harmoniosa 'aldeia global' (Springer, 2016, p.19, tradução nossa).

Outro argumento dos defensores da política neoliberal, conforme Azevedo (1997), é o “inchaço” da máquina governamental. Ao defenderem o Estado mínimo, os neoliberais

argumentam que a máquina pública é onerosa aos cofres públicos e que esta não produz o suficiente, mas sim gera gastos. Desse modo, consideram que os funcionários públicos, que são o motor da máquina estatal, são caros por acumularem direitos constitucionais trabalhistas, o que ocasiona um aumento das despesas do Estado. Com base nisso, acusa-se a máquina pública de ineficiência. Como solução para tais problemas, propõe-se a privatização dos órgãos estatais.

O neoliberalismo é concebido como uma base voltada à economia e apresenta ideias, propostas e escolas teóricas com finalidade econômica e mercadológica. No entanto, mesmo com a compreensão de que tais propostas são essencialmente econômicas, ainda se verifica, no século XXI, uma tentativa de implementar e consolidar fundamentos neoliberais por meio da educação. Como exemplo, Freitas (2018) destaca que é possível identificar as reformas empresariais da educação, que têm como base o livre mercado, um mercado concorrencial, sem interferência do Estado.

Para os idealizadores neoliberais do século XXI, a educação é vista como um negócio lucrativo ou, como apresenta Ball (2020), edu-business (negócio em educação), por meio do qual a própria educação passa a ser explorada através da compra e venda de serviços educacionais, materiais e instituições de ensino.

Laval (2020, p. 238) aponta que “a ideologia neoliberal é um estatismo de um gênero muito especial, já que se apresenta como uma ideologia anti-Estado, ao mesmo tempo que o próprio Estado se mobiliza e se transforma para universalizar a razão econômica”. As desigualdades sociais e educacionais tornam-se evidentes com a política neoliberal, haja vista que, para os defensores do neoliberalismo, as políticas sociais não se configuram como prioridade, uma vez que esta é uma ideologia de cunho antiestatal.

Dentro dessa concepção, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, sob a ótica neoliberal, não ocupam lugar de destaque; assim, observa-se que as políticas públicas deixam de ser priorizadas, impactando não apenas os setores sociais, mas toda a estrutura da sociedade. No entanto, para que essa ideologia funcione de maneira efetiva dentro da lógica da razão econômica, ela necessita do Estado, não de um Estado forte e intervencionista, mas de um Estado mínimo, capaz de subsidiar as ações voltadas à racionalidade econômica neoliberal. Isso porque, segundo Laval (2020, p. 238), “[...] o neoliberalismo é impensável fora da instituição do Estado, o qual, como detentor do

monopólio da violência simbólica, é o único em condições de impor a razão econômica a todos os domínios da sociedade”.

A violência simbólica empregada pelo neoliberalismo ocorre por meio da influência exercida pelo Estado, na qual não se faz necessário o uso da força física para impor a razão econômica. Por isso, trata-se de uma violência simbólica: não utiliza mecanismos coercitivos materiais, mas sim o poder simbólico, que pode se manifestar, conforme Laval (2020), por meio da fala autorizada, de medidas regulatórias, de leis parlamentares, de relatórios dos Tribunais de Contas e de comissões de especialistas de diversas naturezas. Assim, observa-se que o Estado é indispensável para a regulação das ações promovidas pelo neoliberalismo.

3. DO PASSADO AO PRESENTE: O NEOLIBERALISMO NO BRASIL E A EDUCAÇÃO

Exemplo- Dentro do atual contexto neoliberal, convém questionar: como a educação é compreendida? Entende-se a educação como uma política social, mas, dentro do sistema capitalista neoliberal, ela passa a ser vista de outra forma. A educação está inserida em uma sociedade profundamente marcada pela lógica neoliberal; daí decorre a necessidade de estabelecer uma relação e uma compreensão crítica entre educação e as políticas neoliberais destinadas à sociedade brasileira.

De acordo com Miranda (2020), o percurso neoliberal no Brasil se iniciou de forma efetiva nos governos de Fernando Henrique Cardoso, representante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou o país no período de 1995 a 2002; sendo sucedido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016. Conforme a autora, esse segundo período foi caracterizado por ações de cunho desenvolvimentista, promovidas por meio da aliança entre a burguesia e demais setores sociais.

Ambos os governos mencionados atuaram em suas gestões federais articulando-se ao neoliberalismo. No entanto, conforme Frigotto e Ciavatta (2003), durante a conhecida era FHC, houve retrocessos nos âmbitos institucional, organizacional e pedagógico. De acordo com os autores, “esta conclusão se fundamenta, primeiramente, na análise do tipo de projeto social mais amplo e do projeto educativo a ele articulado, ambos associados de forma ativa, consentida e subordinada aos organismos internacionais” (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 93). Fica evidente que esse período se manteve vinculado aos preceitos neoliberais e aos interesses de organismos internacionais.

Os governos subsequentes corresponderam ao período em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores, que, conforme destaca Boito Jr. (2016), compunha uma frente heterogênea.

De um lado, tínhamos uma frente política heterogênea que agrupava a grande burguesia interna, composta pelas empresas brasileiras inseridas em variados ramos da economia, parte da baixa classe média, a maior parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal (Boito Jr., 2016, p. 27).

A referida diversidade de classes foi considerada na gestão do Partido dos Trabalhadores. Além disso, houve uma abertura política para os movimentos sociais existentes, bem como para que novos grupos e movimentos pudessem ser criados; e, assim, seguiu durante suas gestões, dando voz e vez aos movimentos sociais e aos programas sociais. No entanto, no que se refere às políticas de orientação neoliberal, esse governo não conseguiu romper com tais diretrizes, como era esperado por parte dos eleitores com visão progressista de educação e de sociedade. A perspectiva adotada foi, portanto, a de caminhar junto ao neoliberalismo, criando medidas para o atendimento das demandas sociais.

O Governo Lula deu continuidade a essas políticas, mas abriu espaço nos planos governamentais ao entendimento de demandas sociais, especialmente de setores empobrecidos da população e de movimentos sociais, mesclando o atendimento às orientações dos organismos multilaterais com política de inclusão social (Libâneo, 2018, p. 54).

A característica comum entre os referidos governos foi a manutenção de uma agenda neoliberal para o país. O diferencial da gestão do Partido dos Trabalhadores foi dar visibilidade às demandas sociais dos mais pobres em seus planos de governo, bem como aos movimentos sociais, de forma que manteve a gestão atendendo ao que preconizava o neoliberalismo e, simultaneamente, às políticas de inclusão dos menos favorecidos.

No que se refere à política educacional desenvolvida no período da gestão do Partido dos Trabalhadores, destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Educação.

O principal instrumento da política educacional da política educacional dos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), formulado e divulgado em 2007, com o objetivo específico de melhorar a qualidade da educação básica, em conformidade com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, mantido por entidades empresariais. Uma das ações mais importantes para a estratégia de implementação do currículo de resultados foi a introdução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), incorporando os indicadores da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Libâneo, 2018, p. 54-55).

O Plano de Desenvolvimento da Educação, portanto, passou a ser a principal política educacional durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, nos anos de 2003 a 2016. Esse plano tinha como premissa resolver os problemas da educação no país, melhorando sua qualidade. Em análise sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, Saviani (2009, p. 5) relata que “trata-se, com efeito, de ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio à infraestrutura”. Mesmo com a aparente contribuição para a qualidade da educação brasileira, esse plano apresentava características da concepção neoliberal. De acordo com Libâneo (2018), incorporou indicadores que atendessem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, ou seja, atendeu ao que propunha a OCDE.

O ano de 2016 representa historicamente um marco político importantíssimo, pois houve a destituição de Dilma Rousseff, então presidente. Jinkings, Doria e Cleto (2016) explicam que esse fato resultou de um golpe de Estado no Brasil, que retirou a presidente constitucionalmente eleita, Dilma Rousseff, por meio de um processo de impeachment. Todo esse processo possibilitou fortalecer ainda mais o neoliberalismo no país. No que se refere ao impeachment, Aguiar (2020) relata:

Com as mudanças do cenário político brasileiro, em 2016, decorrentes do processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, conduzido pelo Congresso Nacional, sem que fosse comprovado crime de responsabilidade fiscal, novas coalizões de poder foram estabelecidas, o que permitiu interromper, suprimir e redirecionar políticas, programas, projetos e ações governamentais que estiveram em curso, desde 2002, nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (Aguiar, 2020, p. 619).

Com o impeachment, os projetos políticas e programas que estavam em curso no país foram interrompidos e redirecionados. Símbolo dessa mudança de rumos, a Emenda Constitucional 95/2016, ou PEC dos Gastos. Essa PEC foi a medida econômica assumida pelo presidente interino Michel Temer em 12 de maio de 2016 e, logo em seguida, em 31 de agosto de 2016, ele assumiu de forma definitiva (Aguiar, 2020). A referida PEC limita os gastos públicos por um período de 20 anos, [...] o que impacta e delimita as políticas públicas, inclusive as políticas educacionais, sobretudo aquelas que respondem às metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024” (Aguiar, 2020, p. 619). Com o pleito eleitoral em outubro de 2018, assumiu o eleito para sucessor de Michel Temer, presidente Jair Bolsonaro. Ambos os governantes contribuíram para renovar o fôlego da política neoliberal, a partir de suas reformas iniciadas com Michel Temer e, em seguida, com o presidente eleito em 2018.

No Brasil, desde o golpe de Estado de 2016, o neoliberalismo aqui aportado vem ganhando renovado fôlego. Tirou da obscuridade um aprendiz de Chicago Boy desacreditado entre os próprios neoliberais, requentou os mantras do neoliberalismo chileno e vem agindo destemidamente para restaurar um programa que investe contra os direitos dos trabalhadores e revela um absoluto desprezo para com as classes populares, situando-as à margem dos interesses de uma elite cada vez mais disposta a se vincular a segmentos fortemente obscurantistas, autoritários e fascistas da sociedade (Miranda, 2020, p. 1).

Portanto, o neoliberalismo ganhou fôlego com as eleições de 2018, restabelecendo-se no país. Os segmentos da sociedade que apoiaram o presidente eleito em 2018 têm perfis diversificados, mas em comum apresentam a defesa do neoliberalismo: proprietários de terras e extrativistas, militares, religiosos, neopentecostais, conservadores terraplanistas e milicianos (Miranda, 2020).

Oliveira (2021) apresenta uma reflexão sobre a educação brasileira durante o primeiro ano do mandato, do presidente Jair Bolsonaro, enfatizando as suas principais agendas de governo, dentre elas: doutrinação ideológica, alfabetização e disciplina. A autora conclui que embora existisse um projeto para a educação, tratava-se de um projeto ultraconservador, que não compreendia a educação como um direito.

Sobre a pauta governamental para a educação durante o período do governo Jair Bolsonaro, Oliveira (2021, p. 179) esclarece:

A pauta governamental para a educação, bem como para outras áreas, não contou com discussões propositivas e fundamentadas por parte do candidato Bolsonaro. Por outro lado, a inexistência do debate, ou ainda a fragilidade de uma proposta não assegura a inexistência de um projeto de sociedade, bem como de um projeto de educação, pois os eixos basilares podem estar delineados, ainda que de modo difuso, ou ainda a dispersão pode ser intencional.

O candidato Jair Bolsonaro não apresentou propostas efetivas para a educação, mesmo assim foi eleito, o que é um forte indício de que em nosso país este não é um critério importante para a escolha de um Presidente da República por meio do voto. Durante o período do seu governo confirmou-se a não prioridade da educação através de diversas trocas de ministros no Ministério da Educação, seguidas por cortes de recursos financeiros deste Ministério destinados a instituições educacionais, configurando-se uma estratégia de desmonte da educação pública. Frigotto (2021) aponta os desmontes proporcionados pelo governo de Jair Bolsonaro através de contingenciamentos de recursos ou cortes de recursos financeiros tanto para a educação como para ciência e tecnologia, provocando a paralisação de inúmeras pesquisas que estavam em andamento. Os cortes atingiram frontalmente as

universidades públicas federais, onde muitos dados de pesquisa foram perdidos por falta de recursos para manutenção de amostras, por exemplo, não puderam ser recuperadas.

As ações do governo Jair Bolsonaro tiveram como núcleo do neoliberalismo econômico o Ministro da Economia Paulo Guedes, um dos maiores representantes do ideário neoliberal (Freitas, 2019).

Freitas (2019) destaca que, sob o governo Jair Bolsonaro a educação sofreu ataques nos mais diversos níveis, a começar quando o colombiano naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez, assumiu o cargo de Ministro da Educação afirmando a pretensão de combater o suposto marxismo cultural, embora nem soubesse explicar o que isso significa. A expectativa era de que nesse Ministério fossem colocadas em prática ações para “enfraquecer o ensino público no Brasil, transferindo a responsabilidade educacional do Estado para a iniciativa privada” (Freitas, 2019, n.p.).

Como política pública para a área da educação, o neoliberalismo propõe a mínima participação do Estado, abrindo a educação para o mercado ou para as empresas que visualizam, na educação, uma grande possibilidade mercadológica, perdendo-se, em favor da lei de mercado, o direito à educação pública assegurado constitucionalmente. Conforme Oliveira (2019, p. 19), “os direitos, nessa perspectiva, passam a ser regidos pela lei de mercado, sendo reduzidos à competição, responsabilizando cada sujeito por ter, adquirir e/ou conseguir os bens necessários à sua sobrevivência”.

A estratégia de enfraquecer a educação pública, passa por acusa-la de ineficiente e improdutiva, dando continuidade ao projeto de sua entrega à iniciativa privada (Freitas, 2019). Além disso, como argumenta Oliveira (2019, p. 19) “[...] com o Estado assumindo o papel de regulador, enfraquecem-se as lutas de classes, as ideologias, as utopias, trazendo à tona a lógica da competitividade e os ajustes econômicos que comprometem a sociedade”.

Tratava-se, portanto, de um amplo projeto de desmonte da educação pública, orquestrado pelos idealizadores neoliberais para entregar a educação ao mercado, que por sua vez trata-a somente como mercadoria. O Estado, nesse sentido, age como regulador dessa proposta, enfraquecendo não apenas a educação, mas também as classes e movimentos que lutam pela educação pública, implementando em seus discursos a lógica da competitividade como critério de qualidade, sob a alegação de que uma educação de qualidade deve integrar a lógica do mercado e da competição. Freitas (2019) explica:

[...] a intenção do governo Bolsonaro é acabar com o ensino público. Para isso, uma das medidas é a instituição de um voucher, que retiraria do Estado a responsabilidade de fortalecer a educação pública. Neste formato, o dinheiro destinado às escolas públicas seria designado para os vouchers. “O dinheiro que normalmente é dado para as escolas públicas será transferido, ao longo do tempo, para as escolas privadas. Ele vai pagar o ensino terceirizado: operadoras de serviços educacionais que vão assumindo as escolas públicas. Portanto, é um incentivo ao mercado. Uma vez que esse mercado vai se fortalecendo, ele anula e elimina a escola pública” (Freitas, 2019, n.p.).

É necessário ter clareza sobre esse projeto de sociedade que se propõe a acabar com a educação pública, bem como compreender qual é a estratégia para tal finalidade. De acordo com Freitas (2019), os vouchers são um exemplo do possível fim do ensino público. O autor alerta para um projeto que há tempos está em curso e vem sendo consolidado aos poucos, de forma que o Estado deixa de ter responsabilidade com a educação pública e transfere os recursos públicos para escolas privadas. Empresas que ofertam serviços educacionais, de acordo com o autor mencionado, passam a assumir as escolas públicas e, com o tempo, estas tendem a desaparecer. Freitas (2019) apresenta exemplos desse modelo:

Esse modelo foi usado a exaustão no Chile, com alguns resultados: a ideia de que o pai escolhe a escola é falaciosa. Na verdade, quem escolhe o pai é a escola. O voucher tem um valor de R\$ 2 mil reais, suponhamos. Com essa quantia, o pai pode comprar serviços educacionais do seu filho. Mas, no mercado da educação, esse valor é suficiente para algumas escolas e para outras, não. Essa é a função do mercado: diversificar serviços. Portanto, os pais, se quiserem uma escola de maior qualidade, terão de complementar o voucher com o seu próprio dinheiro, para ter o seu filho em uma escola de melhor qualidade. O que acontece com aqueles pais que só tem o voucher? Ficam dependentes das escolas de menor qualidade. É uma segregação escolar que se ampliou muito no Chile por causa dessa privatização. Esses processos contrariam aquilo mesmo que eles dizem, sobre diminuir a distância entre alunos pobres e ricos e uma suposta melhora da educação (Freitas, 2019, n. p.).

Conforme se verifica, trata-se de um modelo de livre mercado que estabelece um processo de concorrência econômica na educação, colocando as escolas em situações de competição. A proposta é apresentada às famílias como uma possibilidade de escolha democrática da escola, na qual estarão comprando o serviço educacional.

A ideia dos vouchers usada para manter processos de segregação racial nos anos 1950 foi vendida pelo neoliberalismo como “direito democrático dos pais a escolher a escola de seus filhos”, mais tarde remasterizado também como o “direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que os ricos frequentam (Freitas, 2018, p.18).

Ao abordar essa experiência, Freitas (2018) destaca que ela se manteve marcada pela segregação de escolas por raça, gênero e nível socioeconômico, ao separar alunos ricos de

alunos pobres de acordo com o valor que carregavam no bolso, proveniente do que recebiam por meio dos vouchers.

[...] uma elite (branca e mais rica) estuda em escola privada e quando necessário tem os vouchers para pagá-la com dinheiro público; uma classe média branca estuda em escolas privadas de menor custo ou públicas terceirizadas e pode também pagá-las com vouchers, adicionando algum pagamento extra; e os muito pobres (e negros) continuam estudando nas escolas públicas que sobrevivem à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade (Freitas, 2018, p. 18).

Foi também no governo de Jair Bolsonaro que o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução CNE/CP, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

A BNC-Formação configura-se como um documento não democrático, pois sua formulação não contou com a participação da sociedade civil, foi aprovada sem discussão com entidades educacionais brasileiras e com as instituições formadoras de professores, o que evidencia o alinhamento deste documento com as políticas neoliberais (Silva, 2020). Esse alinhamento revela-se pelo fato de que a proposta ficou resumida a formar professores para ensinar a BNCC por meio da padronização do currículo, passando o processo de formação de professores a ter como foco a prática, o professor a ser um instrumento de transmissão, o aluno a ter uma formação voltada para o trabalho. Além disso, constitui-se como “[...] uma forma de consolidar um currículo padronizado que permita o controle por avaliações externas da escola e do trabalho docente, conforme indicações internacionais” (Silva, 2020, p. 104).

O processo de segregação social promovido por esse tipo de proposta é nítido e está em consonância com as políticas neoliberais de desestatização da educação pública brasileira. Porém, a reforma da educação conhecida como reforma empresarial, conforme Freitas (2018), ainda pode ser freada.

É com esse espírito de enfrentamento que se desenvolve a análise proposta nesse artigo, assumindo-se uma compreensão de que é necessário alimentar uma concepção antagônica ao neoliberalismo.

4. A FORMAÇÃO HUMANA CULTURAL E CIENTÍFICA COMO ANTAGONISTA À CONCEPÇÃO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO

Ao discutir o neoliberalismo e a educação, é necessário compreender as finalidades educativas escolares e o sistema educacional, sendo que a preocupação com as questões educacionais tem se mostrado crescente nos últimos anos, não apenas por parte do governo e da política, mas também da sociedade civil. Por isso, há a necessidade de estabelecer um conceito para as finalidades educativas escolares.

Em um estado democrático, a educação deve ter como propósito a formação para a autonomia. Como define Lenoir (2016, p. 1), “[...] a finalidade primeira de todo sistema de educação concebido no contexto de um Estado-nação democrático é formar seres humanos emancipados, iguais e livres”.

Para que a educação escolar tenha como finalidade formar sujeitos emancipados e livres, é necessário que a sociedade baseie sua forma de organização em princípios democráticos, e que compreenda a educação como uma instância social de formação para a autonomia dos sujeitos. Portanto, a forma como o Estado/Nação se organiza contribui, ou não, para a formação dentro de uma perspectiva social emancipadora. E, quando está sob o neoliberalismo, poderá formar seres apenas para o mercado de trabalho, como argumenta Lenoir (2016, p. 5): “[...] através de um projeto educativo que definimos como conjunto das hipóteses, das finalidades e das concepções que subentendem e inspiram uma dada ação educativa”. O projeto educativo está relacionado às concepções que se tem de educação, ou seja, de finalidades educativas escolares, que irão aparecer explicitamente ou implicitamente nos projetos e planos de governo de cada país.

A partir das reflexões desenvolvidas neste estudo, pensar de forma crítica e reflexiva sobre as finalidades educativas escolares é ter clareza de que estamos inseridos em um contexto que trata a educação como instância formadora de mão de obra para compor o competitivo mercado de trabalho.

Pessoni (2019, p. 59), a analisar as finalidades e objetivos educativos em documentos do Banco Mundial em tempos neoliberais e conclui:

[...] as finalidades e os objetivos educativos que regem a educação brasileira no atual contexto se mostram fundamentados nos princípios da qualidade total, quando limita o ensino a treinar os alunos para obter as notas satisfatórias nas provas externas, visando alcançar melhores índices.

As finalidades educativas escolares, neste contexto, evidenciam estar a serviço do sistema capitalista neoliberal, constituindo a escola como uma importante instituição para a implementação dos projetos neoliberais. Portanto, finalidades educativas escolares são orientações que definem um projeto de sociedade projetado para o presente e para o futuro de uma nação.

A formulação de finalidades educativas para o sistema escolar é uma exigência prioritária no planejamento e execução de ações públicas no campo da educação, pois elas estabelecem as orientações básicas para as políticas educacionais e, daí, para a elaboração dos currículos e sua operacionalização nas escolas e nas salas de aula (Libâneo, 2019, p. 33).

As orientações que definem os currículos, bem como as práticas a serem adotadas no dia a dia das escolas, são explicitadas a partir de políticas educacionais operacionalizadas por meio do currículo. Libâneo (2013) apresenta duas concepções de currículo: o currículo instrumental, fundamentado na pedagogia de resultados, e o currículo de proteção social, que valoriza as relações humanas e é voltado para a integração social.

Libâneo (2013) pontua que a escolha de uma dessas opções curriculares por parte do sistema escolar dependerá da ideologia política de quem está à frente da educação. O autor compreende que “na implantação desses currículos no Brasil, parecem existir três situações nos sistemas de ensino: a) os que conjugam esses dois modelos; b) os que focam mais o currículo instrumental; c) os que focam o currículo de proteção social” (Libâneo, 2013, p. 62).

De acordo com Libâneo (2013), o currículo instrumental tem um viés economicista e ajustado às necessidades imediatas de empregabilidade. Os conteúdos curriculares são mínimos e definidos de forma a atender objetivos e competências mensuráveis através de testes “cujos resultados servirão para premiação das melhores escolas e melhores professores” (Libâneo, 2013, p. 63).

Trata-se de uma formação apressada, centrada em habilidades e competências mínimas demandadas pelo mercado de trabalho, permeada pela ausência de conhecimentos científicos e que não promove aos estudantes a compreensão da totalidade dos objetos estudados. Sob essa concepção curricular, o foco recai em testes padronizados para verificar a aprendizagem de conteúdos direcionados às exigências dessas avaliações, que por sua vez são associadas ao preparo para contribuir com o sistema capitalista neoliberal. Portanto, é uma educação que não promove aos alunos a oportunidade de se desenvolver como seres pensantes e críticos, capazes de transformar a sociedade.

Uma possibilidade de contraposição ao currículo instrumental, é a educação com a finalidade de promover o desenvolvimento humano a partir da concepção teoria histórico-cultural de Vygotsky, conforme especificam Freitas, Libâneo e Silva (2018). Os autores compreendem que nessa perspectiva,

[...] a educação para o desenvolvimento humano amparada nos princípios da teoria histórico-cultural de Vygotsky, a escola é tida como lugar de apropriação cultural e científica pelos estudantes, sendo esta apropriação o meio mais fundamental de promoção do desenvolvimento omnilateral das novas gerações (Freitas; Libâneo; Silva, 2018, p. 141).

Na concepção da teoria histórico-cultural, a cultura, a sociedade e a interação social desempenham um papel fundamental na aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos. Esta teoria, articulada com a teoria do ensino desenvolvimental de Davydov, apresentam potencial transformador e libertador da educação escolar.

Em contraposição à concepção neoliberal da educação, essas abordagens teóricas fornecem fundamentos conceituais que respaldam a promoção do desenvolvimento integral dos alunos para a justiça social, liberdade e autonomia (Freitas; Libâneo; Silva, 2018, p. 141). A finalidade da educação escolar é proporcionar a crianças, jovens e adultos uma formação humana articulada com práticas sociais. Para isso, é fundamental considerar que o desenvolvimento humano abrange as dimensões intelectual, afetiva, moral, artística, tecnológica etc. Esse desenvolvimento depende da apropriação de conhecimentos científicos, políticos, artísticos etc. Portanto, a formação humana por meio da educação escolar não se restringe a preparar para o trabalho conforme a compreensão capitalista neoliberal.

Para nos desenvolvermos necessitamos nos apropriar da cultura e o lugar privilegiado para isso nas sociedades modernas é a educação escolar. Pela educação escolar, o ser humano se apropria das capacidades contidas na cultura, adquire e reproduz para si essas capacidades, de forma ativa e criadora (Freitas, 2020, p. 123).

Mas, sob a batuta neoliberal, a escola tem se ocupado de atender a outras demandas que não se vinculam à formação humana integral e com a finalidade de emancipação e justiça social. A prioridade da escola tem sido o desenvolvimento de competências adaptativas ao sistema produtivo, de modo a desenvolver a capacidade produtiva com foco na economia.

Em oposição a essa prioridade, a prioridade da escola no momento contemporâneo deve ser a de orientar-se pelo princípio progressista de escola pública, obrigatória, com gratuidade, laicidade, universalidade, inclusão, diversidade, com a finalidade prioritária de contribuir para o desenvolvimento humano omnilateral.

Trata-se de uma escola organizada pedagogicamente para acolher as diversidades de condições materiais, sociais e culturais dos alunos, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, de orientação religiosa etc (Libâneo, 2013). Essa escola possui critérios de qualidade que podem ser sintetizados da seguinte maneira: “O principal critério de qualidade da educação escolar é a transformação subjetiva e o desenvolvimento global dos alunos, por meio de objetivos educacionais de ampla formação cultural, científica, moral e afetiva” (Freitas; Libâneo; Silva, 2018, p. 141).

Por isso, o currículo escolar necessita ser planejado levando em conta os diversos aspectos e dimensões da formação humana e não apenas o aspecto produtivo no sentido mercadológico. Trata-se de uma educação promotora do desenvolvimento intelectual, afetivo e moral, das atuais e futuras gerações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1990, o neoliberalismo tem sido a ideologia predominante em todos os países capitalistas. O neoliberalismo é uma forma contemporâneo do capitalismo e tem avançado seu poder na constituição da subjetividade humana, conformando-a a interesses que não se resumem ao campo econômico. O neoliberalismo representa um modo de ser, de viver, de se desenvolver como ser humano cujas capacidades se restringem aos próprios princípios neoliberais. A educação foi tomada para servir de espaço e estratégia de formação e desenvolvimento desse tipo de ser humano, assumindo uma função instrumental que tem como fundamento a racionalidade econômica, sem perspectiva de sentido emancipador.

Diversas concepções podem ser apresentadas como possibilidades de oposição à concepção neoliberal de educação escolar, currículo, formação de professores, trabalho docente, formação humana dos estudantes. Neste artigo buscou-se apresentar e defender o valor da educação para o desenvolvimento humano omnilateral, fundamentada nas perspectivas teóricas de Vygotsky e de Davydov. Esta, por sua vez, sustenta que a educação pode produzir novas qualidades humanas, não se limitando à adaptação ao mercado, mas orientando-se para a emancipação intelectual, cultural e social dos estudantes. Garante o acesso aos conhecimentos científicos e forma sujeitos criadores, capazes de compreender e intervir na sociedade por meio das transformações internas promovidas pelo modo avançado de pensamento.

A partir dessa concepção, argumenta-se que a educação precisa ser compreendida, defendida e concretizada como uma política pública de promoção do desenvolvimento humano amplo, pois como já afirmava Vygotsky, as capacidades do ser humano para se desenvolver são ilimitadas. Portanto, é inaceitável um projeto de educação que restringe tais capacidades a fins instrumentais, economicistas, mercadológicos, de adaptação ao capitalismo.

Se a educação para o neoliberalismo é uma mercadoria, podendo ser negociada por políticos e reformadores empresariais da educação, inclusive organizada por meio do sistema de vouchers, essa não é uma concepção inabalável e nem definitiva. A teoria histórico-cultural apresenta princípios fortes para se exercer o antagonismo ao modelo neoliberal, pois defende uma educação comprometida com o desenvolvimento humano amplo, integral, pluridimensional, tendo na escola o espaço para a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, permitindo articular as diferentes culturas como conhecimentos essenciais à formação de sujeitos emancipados.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Políticas de educação em questão: retrocessos, desafios e perspectivas. *Retratos da Escola*. v. 14, n. 30, set/dez. 2020.

AZEVEDO, J. M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BALL, S. J. *Educação global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BIANCHETTI, R. G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

BOITO Jr, A. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, I; DORIA, K. CLETO. *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, L. C. de. "Uma vez que esse mercado se fortalece, ele elimina a escola pública", diz estudioso. [Entrevista concedida a Guilherme Henrique]. *Brasil de Fato*. São Paulo, 04 de janeiro de 2019.

FREITAS, L. C. de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, abr.-jun. 2012.

FREITAS, R. A. M. da M.; LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. Finalidades educativas, qualidade da educação e autonomia dos professores: impactos de uma reforma educacional neoliberal. In: CARVALHO, C. H. de; SILVA, F. de C. T. (Orgs.). *Escrita da pesquisa em educação na região Centro-Oeste* (volume 3). Ed. Oeste, Campo Grande, 2018.

FREITAS, R. A. M. da M. Ensino-aprendizagem, práticas socioculturais e desenvolvimento dos alunos. In: TIBALLI, E. F. Arantes; POLETTI, G. (Org.). *Educação, cultura e diversidade: estudos comparados e perspectivas*. Curitiba: Brasil, Publishing, 2020.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: BIANCHETTI, R. G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 2ª. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

FRIGOTTO, G. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Desenvolvimento e Civilização*. v. 2, n. 2, julho 2021 – dezembro 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Edc. Soc. Campinas*, v. 24, n. 82, Campinas – SP: abril de 2003.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. *Por que gritamos Golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, C. Foucault, *Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: elefante, 2020.

LENOIR, Y. As finalidades educativas escolares: esclarecimentos conceituais. In: LENOIR, Y.; ADIGUZEL, O.; LIBÂNEO, J. C.; TUPIN, F. (Org.). *Les finalités éducatives scolaires Une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques*. Saint Lambert (Quebec, Canadá): ÉDITIONS CURSUS UNIVERSITAIRE, 2016.

LIBÂNEO, J. C. Finalidades educativas escolares em disputa, currículo e didática. In: LIBÂNEO, José Carlos. et al. (Orgs.). *Em defesa do direito à educação escolar: didática, currículo e políticas educacionais em debate*. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

LIBÂNEO, J. C. Internacionalização das políticas educacionais e repercussões no funcionamento curricular e pedagógico das escolas. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (Orgs.). *Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores*. Goiânia: Ceped Publicações; Gráfica e Editora América: Kelps, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. da M. *Políticas educacionais*

neoliberais: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

MIRANDA, M. G. de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 45, n.1 jan/abril. 2020.

MORAIS, F. D. R. *As Universidades Federais e o Novo Normal: ofensivas neoliberais em tempos de pandemia*. 2023. (Tese) - Universidade Federal de Goiás – Goiânia.

OLIVEIRA, D. J. de. Educação e neoliberalismo: influências e reflexões para os dias atuais. In: OLIVEIRA, D. J. de; FREITAS, C. C. de; REIS, M. B. de F. (Orgs.). *Educação e formação de professores: cenários e práticas pedagógicas*. Goiânia: Editora Scotti, 2019.

OLIVEIRA, D. J. de. FREITAS, R. A. M. da M. Em busca de resistência e enfrentamento das políticas educacionais neoliberais. *REVELLI*, Vol. 14. 2022.

OLIVEIRA, V. A. de. A Educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato. *CONFLUENZE*. v. XIII, n. 1, 2021.

PESSONI, L. M. de L. Finalidades e objetivos educacionais em documentos do Banco Mundial: diretrizes para a educação brasileira em tempos neoliberais. In: OLIVEIRA, D. J. de; FREITAS, C. C. de; REIS, M. B. de Freitas. (Orgs.). *Educação e formação de professores: cenários e práticas pedagógicas*. Goiânia: Editora Scotti, 2019.

SAVIANI, D. *PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, K. A. C. P. C. da. A (de) Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, A. M. da C.; LIMA, A. de M.; SENA, I. P. F. de S. (Orgs.). *Diálogos críticos*, volume 2, reformas educacionais: avanços ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SPRINGER, S. *The discourse of neoliberalism: an anatomy of a powerful idea*. ROWMAN & LITTLEFIELD, Londres – Nova York, 2016.

TREVISOL, M. G.; ALMEIDA, M. de L. P. de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. *Revista Educação e Emancipação*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. p.200–222, 2019.

APÊNDICE – Informações sobre o artigo

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Daniel Junior de Oliveira; **Introdução ou Considerações Iniciais:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Referencial teórico:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Metodologia:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Análise de dados:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Discussão dos resultados:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Conclusão ou Considerações finais:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Referências:** Daniel Junior de Oliveira; **Revisão do manuscrito:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas; **Aprovação da versão final publicada:** Daniel Junior de Oliveira, Raquel A. Marra da Madeira Freitas.

CRedit - Taxonomia de Papéis de Colaborador - <https://credit.niso.org/>

As opiniões e informações expressas neste manuscrito, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião da **Tecnia – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG**, de seus editores e do Instituto Federal de Goiás. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

Histórico editorial

Submetido: 26 de setembro de 2024.

Aprovado: 27 de outubro de 2025.

Publicado: 13 de outubro de 2026



Como citar o artigo - ABNT

OLIVEIRA, Daniel; FREITAS, Raquel. Formação e desenvolvimento humano por meio da educação escolar: uma concepção antagônica ao neoliberalismo educacional. **Tecnia – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 11025, 2026. DOI: 10.56762/tecnica.v11i2.2285.

Processo de Avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

Conflito de Interesses

Não declarado.

Avaliadores

Dois pareceristas ad hoc avaliaram este artigo e não autorizaram a divulgação dos seus nomes.

Editor(a) Seção

Prof. Dr. Adriano de Melo Ferreira (UEG).